Estratégia
OAB

2º SIMULADO DE 2ª FASE

OAB

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
instagram.com/estrategiaoab

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp,* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Joana, analista do Ministério da Justiça, se envolveu em uma briga com Márcia, também servidora do mesmo órgão público.

Em razão de um hematoma que surgiu no braço de Márcia, a Diretora de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, Cláudia, instaurou processo administrativo disciplinar contra Joana para apurar suposta irregularidade em sua conduta.

Após ter tomado conhecimento do processo através da internet (Joana não foi citada formalmente) a servidora ingressou no processo e juntou documentos comprovando que agiu em legítima defesa.

Em seguida, a Comissão responsável elaborou relatório e determinou que Cláudia aplicasse a penalidade de demissão em Joana, fundamentando-se em "inquestionável materialidade e autoria de lesão à servidora Márcia, provocada por ato irregular da servidora Joana".

Assim, baseando sua decisão na obrigatoriedade de seguir o relatório e a recomendação indicados pela Comissão, Cláudia decidiu e fez publicar no Diário Oficial da União um ato seu: a demissão de Joana.

Cerca de vinte dias após publicada no Diário Oficial sua demissão, Joana procura você para que maneje medida judicial com o objetivo de anular sua ilegal demissão, entregando-lhe nesta oportunidade todos os documentos que comprovam os fatos por ela narrados.

Além disso, Joana expressamente pediu para que você maneje a medida judicial, em tese, mais célere para a obtenção de seu direito. Com base nisso, elabore a peça cabível.

Estratégia Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia
Carreira jurídica

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Estratégia Carreira Jurídica

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

Estratégia Carreira Jurídica

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

Estratégia Carreira Jurídica

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

Estratégia Carreira jurídica

QUESTÃO 1

O município H vem passando por uma forte onda de acidentes de trânsito nos últimos meses. Preocupado, o prefeito decide melhorar a segurança viária aumentando a eficiência na aplicação de multas.

Após o devido procedimento licitatório, é contratada a Empresa "Radares Cobradores LTDA" para renovar as câmeras tipo "radar" que fotografam os infratores de trânsito.

A empresa ficou responsável ainda por disponibilizar agentes para educar os cidadãos e aplicar multas, além de apreciar e julgar recursos interpostos contra as infrações lavradas.

Com base nessas informações, responda aos seguintes questionamentos:

a) É possível a terceirização das atividades relacionadas à instalação das câmeras tipo "radar" para fiscalização dos motoristas?

b) O Município pode transferir o poder decisório quanto à análise e julgamento dos recursos a uma empresa particular?

Estratégia Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia
Carreira jurídica

QUESTÃO 2

João da Silva, ocupante de cargo de Professor de Biologia da Universidade Federal do Ceará, com a carga horária de 20 horas semanais, pretende fazer concurso público para o cargo de Técnico Especialista em Psicultura da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Ceará, com carga horária igualmente de 20 horas semanais. Considerando que ambos os cargos possuem lotação no Município de Fortaleza/CE, responda:

a) É possível a cumulação de ambos os cargos pretendidos por João da Silva? Justifique.

b) Acaso a soma da remuneração dos dois cargos seja superior ao teto constitucional, deverá a remuneração total de João da Silva limitar-se ao teto constitucional?

Estratégia Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia
Carreira jurídica

QUESTÃO 3

Desde 1980, Anildo é docente da Universidade Federal da Bahia, ocupando o cargo efetivo de professor titular na Faculdade de Agronomia. No início do ano 2000, Anildo foi designado para ocupar a chefia de patrimônio da mesma instituição de ensino, função de confiança que exerce cumulativamente com o cargo de professor.

Mesmo tendo cumprido os requisitos para a aposentadoria voluntária do cargo efetivo, Anildo decide permanecer em atividade até atingir a idade limite para a aposentadoria compulsória.

Diante destes fatos, responda aos seguintes questionamentos:

a) Qual a idade para aposentadoria compulsória de Anildo?

b) Poderá o Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade da eventual concessão de aposentadoria de Anildo?

Estratégia
Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia Carreira Jurídica

QUESTÃO 4

Roberto, prefeito do município Alfa, decidiu reformar o prédio da Prefeitura, em razão de seu precário estado de conservação. Assim, faz publicar edital de licitação na modalidade concorrência para contratação de empresa com capacidade de realizar a determinada reforma. O valor do contrato está estimado em R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Com base nesta situação hipotética, responda às perguntas a seguir.

a) No caso em comento, a licitação poderá ser realizada na modalidade concorrência?

b) Uma vez realizada a licitação, é possível a sua revogação?

Estratégia Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia
Carreira jurídica